

Narrativas midiáticas para o “dessequestro” da camisa da seleção brasileira de futebol

Política e futebol: a Canarinho em disputa

Media narratives for the “dispossession” of the Brazilian football team’s shirt

Politics and soccer: *Canarinho* in dispute

Vania Oliveira Fortuna

*Professora adjunta da Faculdade de Comunicação Social da UERJ - Departamento de Relações Públicas - e subcoordenadora do Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (Lacn/UERJ). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.*

Marcelo Alves de Resende

*Doutorando e mestre em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação (PPGcom) da Faculdade de Comunicação Social da UERJ.
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.*

Resumo

O bolsonarismo sequestrou os símbolos nacionais, especialmente a camisa amarela da seleção brasileira de futebol masculino, o que fez parte da população rejeitar a Canarinho. Este artigo

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v24.ed52.2024.412>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 24, Nº 52, p.38-58, jan./abr. 2024

propõe-se a analisar a narrativa empreendida pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* durante a cobertura da Copa do Mundo de 2022 para verificar se houve uma tentativa de dissociar os símbolos nacionais da extrema direita e devolvê-los ao povo brasileiro, o que entendemos como “dessequestro”. O objetivo deste trabalho é entender quais foram os sentidos atribuídos pelos veículos e o que eles entendem como “dessequestro”.

Palavras-chave: Política. Seleção brasileira. Futebol. “Dessequestro”. Jornalismo.

Abstract

Bolsonarism, in the midst of its rise, hijacked national symbols, especially the yellow shirt of the Brazilian men's football team, which made part of the population reject Canarinho. This article aims to analyze the narrative undertaken by the newspapers *O Globo* and *Folha de S. Paulo* during the coverage of the 2022 World Cup to verify whether there was an attempt to dissociate national symbols from the extreme right, which we understand as “dispossession”. What were the directions assigned by the vehicles? What do they understand as “dispossession”? The objective of this work is to understand whether there was an attempt to return a national symbol to the Brazilian people.

Keywords: Policy. Brazilian Team. Soccer. Kidnapping. Journalism.

Resumen

El bolsonarismo, en pleno auge, secuestró símbolos nacionales, especialmente la camiseta amarilla de la selección brasileña de fútbol masculino, lo que hizo que parte de la población rechazara a Canarinho. Este artículo tiene como objetivo analizar la narrativa emprendida por los diarios *O Globo* y *Folha de S. Paulo* durante la cobertura del Mundial de 2022 para verificar si hubo un intento de disociar los símbolos nacionales de la extrema derecha, lo que entiendo como “desecuestro”. ¿Cuáles fueron las direcciones asignadas por los vehículos? ¿Qué entienden por “desecuestro”? El objetivo de este trabajo es comprender si hubo un intento de devolver un símbolo nacional al pueblo brasileño.

Palabras clave: Política. Equipo brasileño. Fútbol. “Desecuestro”. Periodismo.

Introdução

O mundo vivencia no século XXI o que Cas Mudde (2022), cientista político holandês, chama de quarta onda da extrema direita, que chegou ao poder em diversos países abalando a democracia liberal. Com uma democracia jovem, implementada após a última ditadura militar (1964-85), o Brasil está inserido na rota de uma extrema direita forte que conseguiu não apenas conquistar a presidência da república, pela via democrática, como também está presente no Congresso Nacional, por meio da eleição de deputados e senadores. A ascensão da extrema direita brasileira, representada pelo bolsonarismo, aconteceu durante a última década após uma série de acontecimentos políticos que permitiram Jair Bolsonaro ser eleito presidente do Brasil em 2018. Entre esses eventos, estão as Jornadas de Junho, as eleições presidenciais de 2014, as manifestações que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a Lava Jato e a retirada de Luiz Inácio Lula da Silva da disputa para a presidência em 2018. Acontecimentos que, no meio da disputa política, pavimentaram o sucesso do bolsonarismo.

Uma grande discussão sobre o bolsonarismo se refere ao sequestro dos símbolos nacionais, como a camisa da seleção brasileira masculina de futebol, momento entendido por Guedes e Almeida (2019) como o segundo sequestro da Canarinho¹. Usaram tais elementos para se autointitular os legítimos brasileiros. Isso levou brasileiros de esquerda e aqueles que não concordavam com os ideais bolsonaristas a rejeitarem a camisa verde e amarela da seleção, tema de bastante debate durante as Copas do Mundo de 2018, na Rússia, e 2022, no Catar. No entanto, em 2022, narrativas midiáticas foram implementadas justamente para a Copa de 2022, com a intenção de desvincular a Canarinho do bolsonarismo e de devolver os símbolos nacionais aos brasileiros, o que chamamos de “dessequestro”². A própria imprensa mostrou-se interessada pelo tema na tentativa de criar uma abordagem narrativa pela despolitização do uniforme. Por meio da análise dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, vamos entender como os dois veículos construíram os seus discursos durante o mundial de 2022. Como abordaram o tema? Quais foram

¹ Vamos usar Canarinho para também se referir à camisa da seleção brasileira, que passou a usá-la como amarelo predominante a partir da Copa do Mundo de 1954 com o objetivo de esquecer o branco usado no Maracanazo. MUSEU DO FUTEBOL: A História da Camisa Canarinho: Como o amarelo-ouro passou a vestir o Brasil. Disponível em: <<https://museudofutebol.org.br/exposicoes/a-historia-da-camisa-canarinho-como-o-amarelo-ouro-passou-a-vestir-o-brasil/>>.

Acesso em: 09 jan. 2024.

² Como a palavra “dessequestro” não existe na língua portuguesa, entenderemos como um neologismo e usaremos entre aspas ao longo do trabalho.

as narrativas? O que eles entendiam por despolitização da camisa da seleção brasileira? É o que o presente artigo se propõe a analisar.

Ascensão bolsonarista: democracia brasileira abalada

Jair Bolsonaro é um militar da reserva que construiu a carreira política a partir de 1989, com o discurso em defesa de sua classe, já nas primeiras eleições diretas após a queda da última ditadura militar brasileira. O primeiro mandato foi como vereador no Rio de Janeiro e, em 1991, elegeu-se deputado federal em Brasília, cargo que ocupou até se tornar presidente em 2018. Bolsonaro viveu, portanto, o início da redemocratização brasileira e a consolidação da democracia no país com PSDB e PT na presidência sempre por dentro do sistema político, contrariamente ao discurso que a sua candidatura impôs como um político *outsider*. Bolsonaro viveu por dentro o período de manifestações populares do século XXI que Vladimir Safatle (2023) entende que conectou Norte e Sul do planeta em uma articulação de descontentamento social pelo aumento da pobreza e da concentração de renda provocados pelo neoliberalismo. O filósofo acredita que movimentos como a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho estariam conectados na luta contra o capital e pela recuperação gradual da soberania popular a fim de destituir o sistema social vigente contrário aos interesses da população. De acordo com Safatle, é uma característica que “explica por que muitas dessas insurreições começam com demandas pontuais ligadas a custo de vida, a preços de combustíveis, a aumento no custo de transporte, para posteriormente passarem a expressões gerais de desidentificação social” (p. 99-100). O esvaziamento e a descontinuidade de insurreições são do interesse do establishment que deseja preservar o *modus-operandi* do sistema político-social, levando a regressões políticas com pretensões autoritárias.

Em 2007, o Brasil foi confirmado como sede da Copa do Mundo masculina de futebol de 2014, um evento que causaria uma mudança na vida política e social do país a partir das narrativas criadas em torno desse megaevento anos depois. Foi durante a Copa das Confederações – evento-teste um ano antes da Copa do Mundo –, em junho de 2013, que houve a escalada de manifestações que puseram em xeque os modelos clássicos de representação política que haviam se estruturado desde a transição democrática na década de 1970 (PINHEIRO-MACHADO e FREIXO, 2019). O que conflui com o pensamento de Safatle que tais insurreições começaram com caráter mais progressista na luta pela melhoria de serviços públicos, como o transporte, é o detalhamento do que ocorreu em junho de 2013 no Brasil, denominado como Jornadas de Junho. Dos dias 6 a 13 daquele mês, as manifestações ficaram restritas a São Paulo,

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v24.ed52.2024.412>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 24, Nº 52, p.38-58, jan./abr. 2024

coordenadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento de 20 centavos no preço das passagens do transporte público. Cerca de cinco mil jovens e militantes de esquerda, incluindo integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), estiveram nessas passeatas (ALTMAN, 2023). A partir do dia 11, houve uma escalada da repressão policial contra os manifestantes que resultou em feridos e na repercussão da imprensa. No dia 13, nova convocação de ato, mesmo com ameaças do então governador e hoje vice-presidente do Brasil na chapa de Lula, Geraldo Alckmin (PSB), à época no PSDB. O abuso policial contra manifestantes e até jornalistas gerou comoção e solidariedade, o que fez romper o caráter regional dos atos. De 17 a 20 junho, as manifestações atingiram mais de dois milhões de protestantes em mais de 400 municípios brasileiros, quando houve o recuo do aumento no preço das passagens do transporte público por administrações estaduais e municipais (ALTMAN, 2023) e uma profusão de pautas. Breno Altman (2023) afirma que o perfil nacional dos manifestantes foi composto em sua maioria por setores médios que ascenderam socialmente durante os governos petistas. No início, a reivindicação era progressista com críticas às remoções causadas pelas obras da Copa do Mundo e aos investimentos feitos para a realização do mundial. Do modo como a FIFA cobrara do governo brasileiro o “padrão FIFA” nas obras das sedes da Copa, a sociedade foi às ruas exigir o mesmo para as diversas áreas da administração pública. Conforme os atos foram se nacionalizando, o MPL e demais movimentos do campo progressista foram perdendo representatividade, e a ala direitista ganhou espaço com um discurso conservador de agressividade contra a política institucional, com lemas como “sem partido”, “o gigante acordou”, “verás que um filho teu não foge à luta”, apresentando um caráter nacionalista, inclusive com o uso do verde e amarelo (REIS, 2021).

Seria precipitado dizer que esse movimento conhecido como as Jornadas de Junho teria levado diretamente à eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Porque, naquele momento, as forças constituídas da política nacional, da esquerda à direita, perderam a oportunidade de reformar a democracia do Brasil e, aí sim, deram uma chance à extrema direita (ALTMAN, 2023). A presidenta Dilma Rousseff (PT), em meio a pressões de responsabilidade fiscal do mercado e da imprensa, buscou uma tentativa que poderia proteger a política nacional a fim de democratizar a política nacional e protegê-la de discursos golpistas. Dilma enviou ao Congresso Nacional propostas de maiores investimentos em serviços públicos e uma constituinte para propor uma reforma política, única ideia barrada pelo parlamento (ROUSSEFF, 2023). A partir de 2013, os campos políticos tentaram criar narrativas a seu favor para capitalizar os protestos de massa. A direita voltou a ocupar as ruas a partir de março de 2015, em manifestações intensificadas em

agosto e dezembro desse ano, explodindo os protestos de direita em março de 2016 (ROCHA, 2021). Os mandatos de Lula e Dilma na presidência possibilitaram a associação automática do PT e da esquerda ao establishment, colocando a direita na oposição pela primeira vez na história da república brasileira (ROCHA, 2021). O PT ficou no poder durante 14 anos seguidos, desde a primeira eleição de Lula até o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o que, segundo Rocha (2021), modificou o quadro político do país sem percepção célere desse processo. No contexto de descontentamento do establishment político, por ora, o PT havia conseguido se recuperar e ganhar as ruas no voto na eleição mais apertada até aquele momento desde 1989 (Dilma Rousseff 51,64 x Aécio Neves 48,36%). Mas o PT não conseguiu governar, pois nessa eleição aconteceu um ponto-chave: o questionamento do resultado pela chapa perdedora, pedindo recontagem dos votos e iniciando publicamente as incertezas em relação às urnas eletrônicas, um alvo bem claro do bolsonarismo nos anos seguintes: “não aceitar a vitória do outro é o primeiro passo adotado em aventuras golpistas” (ROCHA, 2021, p. 13). O Congresso Nacional, na figura de Eduardo Cunha (à época no MDB), obstruiu os trabalhos do governo federal e criou pautas-bomba³ para implodir a gestão de Dilma Rousseff, que tentava reduzir o investimento público, pressionada pelo mercado. Cunha abriu o processo de impeachment contra Dilma no fim de 2015, finalizando a retirada da presidenta do cargo em maio de 2016. Em 2023, Dilma Rouseff foi isenta do crime de pedaladas fiscais, pelo qual foi acusada no processo de impeachment. Na votação para o prosseguimento do rito do impeachment, Jair Bolsonaro ganhou mais notoriedade ao votar pelo afastamento de Dilma e saudar o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar reconhecido pela justiça como torturador durante a última ditadura militar, que inclusive torturou a então presidenta Dilma Rousseff. Bolsonaro já havia normalizado um discurso de ódio no país desde o início da década de 2010, quando participava de programas como “Pânico na TV”, “Superpop” e “CQC – Custe o que Custar” na TV aberta.

Em meio às manifestações de massa da direita, ao processo de impeachment iniciado em 2015 e à contestação do resultado das eleições, surge a Operação Lava Jato em 2014 com a promessa de salvar o Brasil da corrupção, tudo o que a extrema direita mais poderia desejar naquele momento. Um dos temas de maior capital político dos extremistas de direita é a narrativa que criam de corrupção e degeneração (ECO, 2018), imbuída de uma estratégia antissistêmica para se colocarem como os salvadores da pátria, os

³ G1: Dilma faz apelo para que Senado barre 'pautas-bomba' da Câmara. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/dilma-faz-apelo-para-que-senado-barre-pautas-bomba-da-camara.html>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

outsiders. Somado ao ambiente de crise econômica, à insatisfação política e à oposição dos principais veículos de imprensa do país ao governo Dilma Rousseff (PINHEIRO-MACHADO e FREIXO, 2019), aparece com mais força o tema da corrupção, que gerou grandes manifestações contra a administração petista a partir de 2015. Mesmo que a corrupção fosse generalizada, houve um ataque seletivo ao PT e a seus representantes (SAFATLE, 2023). A Lava Jato, segundo Marcos Nobre (2022, p. 19), “acabou se mostrando, para uma enorme parcela do eleitorado, a última instância recursal da política, o único caminho institucional disponível para a canalização de sua insatisfação”. Depois das Jornadas de Junho, o sistema político falhou na retomada do controle da política nacional. Nobre (2022) conclui que foi a Lava Jato uma das responsáveis por impedir o sistema político de retomar a política nacional. O responsável pela operação foi o juiz federal Sergio Moro, nome central nos eventos da política nacional que geraram a instabilidade que levou o país a caminhar para os braços da extrema direita. Essencialmente, Moro usava o ativismo judicial para fechar o cerco contra políticos, especialmente do PT, “com a seletividade e o maniqueísmo marcando o comportamento dos militantes anticorrupção nas redes, nas ruas, na mídia e no aparelho repressivo de Estado” (MIGUEL, 2022, p. 220). Uma seletividade confirmada com a tolerância à corrupção dos governos de Michel Temer e de Bolsonaro, sucessores de Dilma Rousseff na presidência. Sergio Moro usou a mídia como tática judicial para influenciar a opinião pública a favor de si com a espetacularização midiática da Lava Jato, com vazamentos seletivos para os principais grupos de mídia do país ao tomar decisões que não tinham o amparo da lei – como o vazamento de uma conversa entre Dilma Rousseff e Lula –, até então ignoradas pela direita e pela mídia, que se beneficiavam do espetáculo midiático. Moro também agiu em conluio com procuradores – o mais conhecido é Deltan Dalagnol, que se elegeu deputado federal pelo Paraná em 2022, mas foi cassado em 2023 pelo TSE – para combinar ações e impedir mecanismos de defesas dos investigados. Essa atuação seletiva foi revelada pela Vaza Jato, vazamento de mensagens que escancararam a atuação conjunta entre Moro e procuradores no Telegram⁴. Com o discurso anticorrupção e em conluio com a mídia e procuradores, agindo de maneira corrupta, Moro retira Luiz Inácio Lula da Silva (PT), principal opositor de Bolsonaro e líder das intenções de voto, da disputa à presidência ao prendê-lo, decisão anulada posteriormente pelo STF⁵. Em tais circunstâncias de

⁴ EL PAÍS BRASIL: ‘Vaza Jato’, a investigação que obrigou a imprensa brasileira a se olhar no espelho. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-23/vaza-jato-a-investigacao-que-obrigou-a-imprensa-brasileira-se-olhar-no-espelho.html>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

⁵ BBC BRASIL: STF confirma anulação de condenações da Lava Jato contra Lula — entenda. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56768338>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

avanço da extrema direita, Jair Bolsonaro cresce nas pesquisas de intenção de voto a partir de 2017 e vence Fernando Haddad, substituto de Lula, nas eleições de 2018.

O sequestro e a rejeição da Canarinho

Ao longo do século XX, governos de extrema direita usaram o futebol para promoverem o próprio autoritarismo em seus países. O futebol é uma arena de disputa de narrativas e, como se confunde com a identidade nacional brasileira, torna-se um meio importante para uso político. No entanto, consideramos que futebol e política são distintos, com experiências próprias histórica e socialmente construídas. O futebol “despolitizado” fica à mercê de narrativas hegemônicas a favor do poder dominante, retirando o seu significado democrático. A política está presente em tudo, como aponta João Ubaldo Ribeiro (1989). E o bolsonarismo sabe muito bem disso.

Durante o século XX, existem exemplos que ajudam a ilustrar como pode ser problemática a cooptação da opinião pública por grupos dominantes após as grandes guerras e a crise de 1929, quando houve o esgotamento da democracia liberal e certas limitações da autonomia da sociedade civil, que perdeu espaço para o interesse coletivo gerado por um Estado autoritário. Essa realidade desembocou em um poder político centralizado com ideias absolutas, na relação entre instituições esportivas e políticas, além de na aproximação do Estado-nação com o esporte, como são os casos de Benito Mussolini, na Itália, e Getúlio Vargas, no Brasil.

Nesse contexto de regimes autoritários e totalitários, processaram-se restrições às liberdades das entidades esportivas, que passaram a ser politicamente enquadradas, fosse para atender à centralização, fosse para emprestar legitimidade aos regimes. [...] Na perspectiva de se autoafirmar como autoridade, o Estado aumentou seu interesse em relação às manifestações de raiz popular, como o futebol, na mesma proporção do seu belicismo (RIBEIRO, 2020, p. 34)

A seleção brasileira conquistou a Copa do Mundo de 1970, e a Argentina, de 1978. Sob ditaduras militares, também houve pelo governo dos dois países o uso dessas conquistas para se autopromover (MAGALHÃES, 2014). O apego à tradição e o usufruto de símbolos nacionais como legitimação política e ideológica não são particulares a determinadas épocas ou tipos de governo, mas são mais aproveitados em governos ditatoriais (GUEDES e ALMEIDA, 2019). Durante a última ditadura civil-militar brasileira, houve a tentativa de criar uma unidade nacional, de suprimir particularidades da população em nome do que se atribuía como nação. O governo militar construiu narrativamente um discurso positivo sobre determinados acontecimentos como forma de convencer a população, como o crescimento econômico. Se não

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v24.ed52.2024.412>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 24, Nº 52, p.38-58, jan./abr. 2024

concordasse com o que se pensava como nação, era tido como o inimigo comunista a ser enfrentado, como nas fortes campanhas do governo intituladas “Ame-o ou Deixe-o” (GUEDES e ALMEIDA, 2019). O tricampeonato mundial conquistado no México se enquadra no uso político da seleção brasileira e do futebol como forma de associá-lo a um possível sucesso da última ditadura militar e na construção de um orgulho nacional. Guedes e Almeida (2019) afirmam que a Copa de 1970 foi um marco na incorporação e apropriação dos símbolos nacionais no sentido do orgulho da nação, com o surgimento de bandeiras improvisadas, ruas pintadas, vendas de adereços, objetos e roupas nas cores verde e amarela, diante de um controle rígido da ditadura militar sobre essa simbologia outrora destinada às elites e às forças armadas. No entanto, naquele momento, ainda havia o controle estatal de como, quando, onde e por que usar os símbolos nacionais, mediante penalidade em caso de descumprimento das regras ditatoriais. Esse momento é definido por Guedes e Almeida (2019) como o primeiro sequestro do verde e amarelo.

Eleito no Brasil, Jair Bolsonaro modificou as estruturas do governo federal atendendo a duas formas de governar para garantir os interesses da elite nacional: a adoção do neoliberalismo⁶ e a redução do espaço e do direito das minorias. Além de extinguir ministérios importantes⁷, como o do Trabalho e da Cultura, colocou nomes contrários à pauta das minorias sub-representadas à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Damares Alves) e da Fundação Palmares (Sergio Camargo), instituição destinada à promoção e preservação da cultura negra na sociedade brasileira. No campo esportivo também não foi diferente. Bolsonaro buscou se aproveitar do futebol e tentou se manter próximo do esporte mais popular do país para promoção das ideias de extrema direita, como a adoção do discurso de ódio (WILLIAMS, 2021) e da guerra cultural (ROCHA, 2021). No futebol, interveio de diversas formas. Criou a Lei do Mandante⁸, que previa mudanças que garantiam exclusivamente ao clube mandante de partidas o direito de arena⁹, que é o de negociar os direitos referentes à transmissão e à reprodução de partidas. Antes, o direito de arena envolvia negociações do mandante e do visitante. Também interveio no

⁶ JORNAL DA USP: Bolsonarismo é a nova racionalidade governamental do neoliberalismo. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/articulistas/dennis-de-oliveira/bolsonarismo-e-a-nova-racionalidade-governamental-do-neoliberalismo/>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁷ AGÊNCIA SENADO: Com vetos, Bolsonaro sanciona lei que reorganiza ministérios. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/com-vetos-bolsonaro-sanciona-lei-que-reorganiza-ministerios>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

⁸ FOLHA DE S. PAULO: Bolsonaro sanciona Lei do Mandante, que altera regras de transmissão de jogos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2021/09/bolsonaro-sanciona-lei-do-mandante-que-altera-regras-de-transmissao-de-jogos.shtml>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

⁹ O direito de arena é aquele no qual se garante exclusividade na negociação, autorização, captação, fixação, emissão, transmissão, retransmissão ou reprodução de imagens de eventos esportivos, independente do meio de veiculação.

esporte ao reduzir os investimentos nos esportes olímpicos em 2020, interrompendo os pagamentos da Bolsa Atleta¹⁰, que é fundamental no ciclo olímpico. Outra tentativa de popularização de Bolsonaro pelo futebol aconteceu com a iniciativa de o ex-presidente usar camisas de mais de 80 times brasileiros¹¹ nos últimos anos, vestindo-se com o uniforme do clube do coração de milhões de brasileiros. O líder da extrema direita brasileira sabe a importância que o futebol tem no Brasil e que esse esporte é um palco de disputa de narrativas. Até usar camisa pirata¹² tem um sentido: atribuir uma narrativa popular a Jair Bolsonaro, aproximando-o daquele torcedor que não tem condições financeiras de obter uma camisa oficial. Bolsonaro sabe que é um item caro e usa esse fato para se beneficiar politicamente. Mas por quê? Porque a indumentária vai além do vestir o jogador ou do consumismo do torcedor que deseja obter a última moda do time do coração. A camisa, portanto, deixa de ser apenas um objeto e produz “ambiguidades entre os usos estritamente individualizantes e ou esportivamente coletivizantes” (TOLEDO, 2019, p. 37). As camisas de futebol, de acordo com Toledo (2019), criam um duplo vínculo entre o social e o subjetivo como propriedade material simbólica de induzir relações. Quando o torcedor compra uma camisa, cria a individualidade do eu torcedor e adere a uma coletividade clubística ao encontrar da mesma maneira o igual gosto de outros torcedores. A cultura do torcedor cria dualidades interativas de pertencimento entre o indivíduo e o social, o meu time e o dos rivais. Em meio à pandemia, Jair Bolsonaro aceitou sediar a Copa América de 2021, após desistência de Argentina e Colômbia, fato que gerou muitas críticas ao governo por causa da crise sanitária. Em 2021, o Brasil já havia passado de 460 mil mortes por Covid-19, o que levou a um manifesto de jogadores da seleção brasileira e de Tite contra a organização do torneio¹³. Por causa disso, Jair Bolsonaro tentou intervir na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para

¹⁰ UOL: Governo faz manobra e, na prática, não pagará Bolsa Atleta por 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2020/08/05/governo-anuncia-cancelamento-do-bolsa-atleta-de-2020.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

¹¹ UOL: Jogo de poder. Bolsonaro veste a camisa na 'autopromoção' com o futebol; presidente já usou mais de 80 uniformes de clubes. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/bolsonaro-ja-exibiu-81-camisas-de-clubes-de-futebol-especialistas-apontam-uso-politico>>. Acesso em: 11 jan. 2024

¹² UOL: Bolsonaro usa modelo pirata de nova camisa ainda não lançada pelo Flamengo. Disponível: <<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/01/04/bolsonaro-vaza-nova-camisa-do-flamengo-em-dia-de-pizza-nos-estados-unidos.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

¹³ ESPN: Jogadores do Brasil divulgam manifesto: 'Somos contra a organização da Copa América, mas nunca diremos não à seleção'. Disponível em: <https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/8755133/jogadores-do-brasil-divulgam-manifesto-somos-contra-a-organizacao-da-copa-america-mas-nunca-diremos-nao-a-selecao>. Acesso em: 11 jan. 2024.

trocar o técnico Tite pelo bolsonarista declarado Renato Gaúcho. Com a popularidade em baixa naquela ocasião¹⁴, Bolsonaro tentou usar o futebol e a seleção brasileira politicamente para se autopromover.

Somado a essas formas de tentativa de apropriar o futebol para sua autopromoção, aquilo que consideramos o principal: o sequestro dos símbolos nacionais como forma de legitimar os ideais de extrema direita por meio da bandeira do Brasil e da camisa da seleção brasileira de futebol, um atributo histórico da identidade nacional do país, como fez a última ditadura militar (GUEDES E ALMEIDA, 2019). Em Copas do Mundo, não há apenas uma disputa de uma seleção contra a outra em busca de um título. No Brasil, especificamente, há uma produção de sentidos esportivos, midiáticos, religiosos, culturais, econômicos, políticos etc. dentro da ideia de comunidades imaginadas de Hobsbawm (1990). Com tais sequestros, existe a comunidade imaginada do que seria o “Brasil ideal” do bolsonarismo, aqueles que seriam os legítimos representantes da nação brasileira, os que teriam a permissão de usar os símbolos pátrios e a camisa da seleção. Quem não se encaixa no perfil da legitimidade bolsonarista é taxado como antipatriótico.

Assim, no futebol, já a partir da Copa de 2018, na Rússia, houve conflito de sentidos em relação à camisa amarela da seleção brasileira. Mas vale recuperar que, até chegar a esse momento, os símbolos nacionalistas já eram usados pela direita nas eleições de 2014 e, especialmente, de 2015 nos protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff. A criação de símbolos nacionais sempre foi definida por uma elite política econômica no Brasil (JURT, 2012), excluindo a interferência popular nessa identificação, como aconteceram no Império e na fundação da república. No século XXI, a direita brasileira normalizou o uso de símbolos nacionais em protestos contra os governos do Partido dos Trabalhadores para se autoidentificar como “legítimos brasileiros na luta por um país melhor”. Ao menos desde 2007, com apenas cinco anos de governo PT, o movimento “Cansei”, criado por João Doria¹⁵, usou símbolos pátrios para se posicionar contra o PT com discurso anticorrupção. Aécio Neves (PSDB) usou o mesmo capital simbólico dos símbolos

¹⁴ BRASIL DE FATO: Popularidade de Bolsonaro despenca e fica abaixo de 20% pela primeira vez desde janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/29/popularidade-de-bolsonaro-despenca-e-fica-abaixo-de-20-pela-primeira-vez-desde-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

¹⁵ Oficialmente denominado Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, o “Cansei” foi endossado pela Fiesp, pela OAB-SP e personalidades como Hebe Camargo, Ivete Sangalo, Regina Casé, Ana Maria Braga e Regina Duarte. FOLHA DE S. PAULO: Há dez anos, ‘Cansei’ dava a Doria projeção, aura de anti-Lula e pecha de ‘golpista’. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909369-ha-dez-anos-cansei-dava-a-doria-projecao-politica-e-pecha-de-golpista.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

pátrios e da camisa da seleção brasileira de futebol nas eleições de 2014¹⁶, quando foi apoiado por Ronaldo “Fenômeno”, grande nome do pentacampeonato mundial conquistado pelo Brasil em 2002. Nas manifestações de direita em 2015 e 2016, com milhões de pessoas nas ruas em diversas cidades brasileiras, os usos do verde e amarelo e a camisa da seleção brasileira são absolutos (REIS, 2021). As manifestações chegavam a ter a cobertura da imprensa de maneira maciça. O Fantástico, em 13 de março de 2016, veiculou uma reportagem na qual a camisa da seleção brasileira foi exibida 35 vezes em 13 minutos, uma média aproximada de três cortes da Canarinho por minuto, conforme analisou Reis (2021). A grandiosidade das manifestações, somada ao texto e à exibição das imagens da Canarinho em exaustão, associa a camisa brasileira a um grupo político, pavimentando o sequestro. Bolsonaro se associou ao discurso antipetista, ao tema da anticorrupção e ao patriotismo exacerbado, puxando para si os símbolos nacionais e a amarelinha contra o vermelho do PT e do comunismo (GUEDES e ALMEIDA, 2019). Na posse como presidente no dia 1 de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro disse em discurso que a bandeira do país jamais seria vermelha¹⁷. Guedes e Almeida (2019) definiram essa associação do bolsonarismo aos símbolos nacionais, especialmente à camisa da seleção brasileira de futebol, como o segundo sequestro. Os grupos contrários ao bolsonarismo não mais se veem identificados pela camisa verde e amarela, criando ojeriza e rejeição à indumentária, assunto já abordado pela imprensa durante a Copa da Rússia, em 2018. Com manchetes como “Parte da esquerda rejeita camisa amarelinha com medo de ‘virar’ paneleira”¹⁸, “Os torcedores que não querem saber da ‘amarelinha’”¹⁹ e “Camisa da seleção, o símbolo contaminado por rixas ideológicas e as negociatas dos cartolas”²⁰, parte da imprensa nacional já retratava a cisão em torno do uniforme. Vale pontuarmos, porém, que a rejeição se restringiu apenas à camisa Canarinho, não se estendendo ao futebol e tampouco à seleção brasileira, uma vez que houve ressignificações dos modos de

¹⁶ GARCIA, Janaina. Aécio desfila com artistas ao som de funk e Hino Nacional. Terra. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/iuSZ0>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

¹⁷ VALOR ECONÔMICO: 'Nossa bandeira jamais será vermelha', afirma Bolsonaro na posse. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/nossa-bandeira-jamais-sera-vermelha-afirma-bolsonaro-na-posse.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

¹⁸ FOLHA DE S. PAULO: Parte da esquerda rejeita camisa amarelinha com medo de ‘virar’ paneleira. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/06/parte-da-esquerda-rejeita-camisa-amarelinha-com-medo-de- virar-paneleira.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

¹⁹ PLACAR: Os torcedores que não querem saber da “amarelinha”. Disponível em: <<https://placar.com.br/placar/os-torcedores-que-nao-querem-saber-da-amarelinha/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

²⁰ EL PAÍS BRASIL: Camisa da seleção, o símbolo contaminado por rixas ideológicas e as negociatas dos cartolas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/16/deportes/1529108134_704637.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.

torcer entre aqueles que não se identificavam com o bolsonarismo e temiam ser confundidos, como a preferência pela camisa azul, do segundo uniforme da seleção brasileira (OLIVEIRA e FARIAS, 2021).

Narrativas midiáticas para o “dessequestro”

As Copas do Mundo, dado o seu poder de mobilização da sociedade brasileira, são um dos grandes momentos na cobertura dos meios de comunicação, que as acompanham diariamente na disputa pela audiência do leitor a fim de auferir lucros financeiros a grupos de mídia. O jornalismo busca a objetividade, embora também apresente problemas como parcialidade e obtenção de lucro, precarização do trabalho, entre outros – não é a intenção aqui discuti-los. Mas é o jornalismo que medeia a informação, produz e reproduz valores e padrões de caráter sociocultural, indo além de ser apenas transmissor de informação e se comunicar com os leitores porque domina a informação com acesso a conteúdo de interesse público com valor social. De acordo com definição de Luiz Gonzaga Motta (2007), como já abordamos inicialmente no tópico anterior, as narrativas midiáticas no jornalismo são fáticas, instrumentalizadas em notícias, reportagens, documentários, transmissões ao vivo. A narrativa midiática dispõe de métodos de comunicação linguísticos e extralinguísticos para operar determinadas intenções e objetivos. Qualquer que seja a narrativa implementada num discurso midiático, nunca é por acaso, pois o locutor produz e organiza um discurso narrativo que deseja passar ao destinatário (MOTTA, 2007). No jornalismo, isso se mostra na seleção das notícias veiculados no dia, nos enquadramentos escolhidos para noticiar os acontecimentos, no tamanho da matéria, nos destaques, nas manchetes, nas imagens que ilustram um texto. Tudo isso é construído pelas técnicas de jornalismo para narrativamente criar um discurso que o veículo deseja passar junto ao espectador.

Ao longo de 2022, ano de eleições presidenciais e Copa do Mundo, personalidades, políticos e marcas construíram narrativas para o “dessequestro” dos símbolos nacionais, principalmente da camisa Canarinho. As cantoras Anitta e Ludmilla e o cantor Djonga são exemplos disso. Nas redes sociais e em seus shows, introduziram o debate acerca do sequestro dos símbolos nacionais pelo bolsonarismo e se posicionaram a favor da retomada de um símbolo que pertence aos brasileiros. No caso de Ludmilla e Djonga, ao povo favelado²¹. Durante a campanha, antes da Copa, Lula, principal adversário de Bolsonaro nas eleições, pontuou a importância de usar o verde e amarelo. Em abril, em evento realizado na UERJ,

²¹ BBC: 'Resgatar o orgulho de ser brasileiro': o movimento para ressignificar o verde e amarelo antes da eleição e da Copa. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63069515>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Lula tremulou a bandeira nacional diante de uma plateia lotada tomada de vermelho e afirmou que o verde e o amarelo “não são desse fascista”²².

O tema reverberou durante a Copa do Mundo de 2022, no Catar, disputada em novembro, quando *O Globo* e *Folha de S. Paulo* se dedicaram à cobertura da politização da camisa da seleção brasileira. O assunto a respeito da politização da camisa brasileira chama a atenção dos dois jornais já a uma semana da Copa. No dia 13, a *Folha de S. Paulo* aborda diretamente o tema com um artigo “Quem tem medo da camisa amarela?” (KFOURI, 13/11/2022, Copa 2022, b12). Vale ressaltar que as eleições presidenciais já haviam passado, com a vitória de Lula sobre Bolsonaro. Juca Kfourri questiona se os leitores vão torcer pela seleção brasileira e se terão coragem de vestir a amarelinha na Copa. Num texto de três colunas no caderno dedicado à cobertura do mundial, o jornalista relembra a dualidade entre torcer e não torcer pelo Brasil, na Copa de 1970, que durou só até a estreia, quando Rivellino empatou o jogo diante da Tchecoslováquia, gol que uniu todos os espectros políticos, segundo o articulista.

Também se aborda, no mesmo dia, em uma matéria que destaca que a “CBF realiza campanha para despolitizar seu uniforme” (SABINO, 13/11/2022, Copa 2022, b10). No título, já há uma compreensão de despolitizar a camisa para conferir a ela um sentido de que pertence a todos. O jornalista Alex Sabino informa que a CBF deseja dissociar a camisa verde e amarela dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo a publicação, o então presidente da entidade, Ednaldo Rodrigues, já imaginava desde março daquele ano uma campanha pós-eleição para despolitizar o uniforme da seleção brasileira. No texto, há uma declaração de Ednaldo Rodrigues que dá a tônica para a discussão do tema naquele momento, que é a importância de ter o apoio de todos, independentemente de idade, lugar, cor, raça, ideologia ou religião. Se existe o interesse da CBF em despolitizar o uniforme, é porque ele foi politizado nos últimos anos. Entretanto, vale notar que a “despolitização” também é uma ação política. Na concepção da CBF, afirmar que a camisa é de todos, e, ao mesmo tempo, de ninguém, sem associá-la a determinados grupos, pode ser compreendida com uma espécie de busca por uma terceira via. Já *O Globo* estampa o cineasta estadunidense Spike Lee na capa principal com a camisa da seleção brasileira. Fazendo valer da imagem de um homem negro com a amarelinha, o veículo relaciona a imagem de Lee aos termos da manchete “favela”, “amor” e “Brasil”. Há tentativa de vinculação de um homem negro à camisa da seleção,

²² UOL: Lula critica uso de verde e amarelo por Bolsonaro: 'Não são desse fascista'. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/03/31/lula-critica-uso-de-verde-e-amarelo-por-bolsonaro-nao-sao-desse-fascista.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

assim como da favela. A questão racial foi minimizada durante o governo de Jair Bolsonaro. Com essa relação, o veículo busca dar um caráter popular à camisa amarela, que era ligada somente a Bolsonaro e seus seguidores, com termos e referências que não estariam ligadas ao ex-presidente. Na matéria dentro da seção Segundo Caderno, o repórter Edward Pimenta explica que Spike Lee estava no Brasil para participar do Rio Innovation Week, evento de tecnologia e inovação no Rio de Janeiro, em um encontro com alunos da instituição sociocultural Cinema Nosso, que forma jovens negros interessados em audiovisual. O texto se inicia com a informação de que Spike Lee foi ao morro Santa Marta, favela da zona sul do Rio de Janeiro, posar ao lado da estátua de Michael Jackson. A ilustração é Lee em cima do morro ao lado da imagem do cantor estadunidense. A matéria também destaca, em manchete, o passado africano de Lee, que afirmou que ele e os brasileiros vieram do mesmo lugar, “a África” (PIMENTA, 13/11/2022, Segundo Caderno, capa). As representações de amor, favela e Brasil na capa nos permitem fazer uma leitura das simbologias da imagem e do discurso narrativo empregado de popularizar a camisa Canarinho, descolando-a do bolsonarismo, o que fica mais evidente quando a publicação traz críticas diretas do cineasta a Jair Bolsonaro: “Temos o potencial de ver o Brasil passar por um grande momento com Lula como presidente. Acredito em um futuro brilhante, bem melhor do que seria com Bolsonaro” (PIMENTA, 13/11/2022, Segundo Caderno, capa).

Em matérias e artigos de colunistas, os dois veículos buscavam construir uma narrativa de união em torno da seleção brasileira, deixando as diferenças políticas no passado. Havia opiniões de leitores e articulistas que afirmavam que a Copa do Mundo seria importante para unir novamente o Brasil, enquanto outras não acreditavam nesse sucesso. Do mesmo modo, os jornais publicaram matérias, artigos e opiniões de leitores sobre o uso da camisa da seleção brasileira de futebol. Houve bastante destaque a quem dizia que não iria usar a camisa do Brasil com receio de ser associado ao bolsonarismo. Embora não houvesse unanimidade acerca da união em torno da seleção brasileira e o uso da Canarinho, trata-se de um tema que chama a atenção e está em voga nos dois jornais. Só no dia 20 de novembro, ambos repercutiram o assunto. Na *Folha*, há uma matéria, com chamada na capa, de duas páginas no caderno dedicado à cobertura do torneio, denominado Copa 2022, que ouve especialistas em política e torcedores a respeito da possibilidade de união nacional por causa da Copa do Mundo. A matéria usa o artifício da visão de estudiosos no assunto, para conferir peso técnico e teórico, e de torcedores, para representar o sentimento das ruas, de quem somente acompanha a seleção brasileira. Na mesma matéria, especialistas

afirmam que o mundial e a atuação da seleção brasileira podem reverter a imagem da camisa verde e amarela usada por bolsonaristas, mas que também dependeria de políticos usando as cores nacionais. O cientista político Marco Antonio Carvalho, da FGV-SP, diz que a Copa tem um significado forte porque a divisão deixaria de existir na hora dos jogos. Em *O Globo*, o leitor João Carlos da Cunha escreve um texto para o jornal intitulado “A nossa seleção”. Nele, pontua que a Copa do Catar será importante para trazer a paz de volta entre os brasileiros, retomando uma união que foi abalada com o resultado das eleições. Com referências à medicina e sonhando com um país pacificado, o leitor afirma que o futebol é um remédio para curar as mágoas e “vacina correta para debelar as tristezas e reatar as amizades perdidas, obrigando a todos a vestirem o uniforme”. Interessante notar que esse leitor usa da metáfora, com remédio e vacina para tratar um problema da sociedade brasileira, algo que foi negligenciado pelo governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia, quando a gestão do ex-presidente não adotou medidas eficazes para controlar a Covid-19 no Brasil, inclusive com a negação do próprio vírus e da própria vacina.

Se Cunha vê possibilidades, por intermédio do futebol, de selar a paz na nação brasileira, outros dois leitores duvidam disso na *Folha* do dia 21. De Cabedelo (PB), Bruno Miguel Avelar fala que “enquanto houver ‘guerra’ sem futuro nunca teremos país, só território sem identidade nacional”. Com esse comentário, Avelar projeta que nem mesmo o futebol, outrora definidor de nossa identidade nacional, seria capaz de nos dar um sentido. Juliano Probst, de Viçosa (MG), fala diretamente em sequestro da bandeira brasileira por bolsonaristas e cita que a camisa amarela era o orgulho do Brasil. Juliano Probst é claro em usar o verbo “era”, um atributo nacional que, para ele, não representa mais orgulho.

Para vincular a imagem do verde e amarelo e da camisa da seleção brasileira à discussão, os dois jornais fizeram amplo uso de imagens e charges como forma de associar os símbolos nacionais ao povo brasileiro. Fotos com torcedores reunidos para torcer pela seleção brasileira e ridicularização de Bolsonaro por meio de charges, que também retratavam o sentimento do torcedor de poder vestir a Canarinho tranquilamente por causa da Copa, sem o receio de ser associado ao bolsonarismo. O interesse pelo tema era tamanho que, somente a respeito da Canarinho, *O Globo* publicou dois editoriais. O primeiro foi no dia da estreia brasileira na Copa, quando o veículo julgou importante emitir a sua opinião a respeito da separação política causada pelas eleições terminadas em outubro que estaria ameaçando a torcida pela seleção. *O Globo* praticamente clama por uma união do país para a Copa do Mundo. O editorial inicia com a lembrança de uma fala do ex-atacante Ronaldo, que afirmou em 2002 que só o futebol consegue unir

todo o país e que, de acordo com o texto, o Brasil deveria seguir as palavras do Fenômeno. O veículo do Rio de Janeiro reconhece que fissuras foram causadas pelos embates políticos recentes e que a camisa Canarinho e a torcida pela seleção brasileira foram usurpadas pelo bolsonarismo. O periódico usa a palavra “sequestrada” e “vilipendiada” para se referir à amarelinha outrora eternizada por Pelé e Garrincha; por isso, a camisa azul teria ganhado protagonismo. O jornal faz um discurso firme contra os bolsonaristas ao chamar de criminosos os bloqueadores de estradas e eleitores que acampam em frente aos quartéis do exército pedindo golpe militar. *O Globo* lamenta a baixa expectativa da torcida pelo mundial ao informar que há poucas ruas enfeitadas, diferentemente do que acostumava acontecer em tempos passados. O jornal ressalta a importância do futebol no Brasil, definindo-o como característico da identidade nacional brasileira e clama pela união nacional na torcida pelo escrete comandado por Tite. Por fim, avalia que, se a seleção brasileira conseguir nos unir, já terá, assim, realizado um grande feito, independente do resultado em campo.

O segundo editorial foi em 11 de dezembro, dois dias após a eliminação do Brasil para a Croácia nas quartas de final. Nele, o veículo carioca criticou ataques por escolhas políticas, citando casos de personalidades que sofreram assédios por terem escolhido Lula ou Bolsonaro. Sem abordar o que levou ao acirramento político, nem a guerra cultural e tampouco o discurso de ódio perpetrados pelo bolsonarismo (ROCHA, 2021), o editorial ignora os contextos e apresenta uma lógica apolítica pedindo gentileza e solidariedade à nação. Em nenhuma linha, *O Globo* lembrou os impropérios bolsonaristas, que construíram e alimentaram o discurso de ódio nos últimos anos. Um artigo da *Folha* que vai ao encontro do que afirmou *O Globo* em editorial, embora tenham pesos jornalísticos diferentes, é o artigo da colunista Lygia Maria, que tenta desvincular o futebol da política, atribuindo ao esporte mais popular do país um significado apolítico. No texto, publicado em 21 de novembro e intitulado “A Copa é só uma Copa”, ela critica a politização em demasia e possíveis boicotes à seleção brasileira por jogadores terem declarado voto em Jair Bolsonaro. Lygia Maria afirma que quem não consegue separar a estética da política “denota” ignorância. Para ela, não importaria em quem Neymar teria declarado voto, mas somente se ele foi bem em campo. Nessa lógica, vemos que a autora defende que o futebol estaria desvinculado dos conflitos sociais e que um jogo seria apenas um jogo.

Considerações finais

O Globo e *Folha de S. Paulo* fizeram um intenso debate durante a cobertura do mundial para combater o sequestro da Canarinho pelo bolsonarismo. A visão dos dois veículos para produzir um clima de união dos torcedores para a Copa, o que incluía dissociar a Canarinho da extrema direita, foi despolitizar a camisa da seleção brasileira, retirando qualquer sentido político que ela pudesse carregar. Em certos momentos, os diários até tentaram associar a Canarinho a um estrato social menos favorecido, como a representação da matéria de Spike Lee em *O Globo*, para dar um caráter popular à camisa. Entretanto, a partir da análise dos jornais selecionados por este trabalho, é possível concluir que a solução encontrada foi a despolitização total da Canarinho como um símbolo que não pertenceria a ninguém. Um discurso predominante que reforça o senso comum de que futebol e política não se misturam. No entanto, é uma problemática contraditória no discurso jornalístico dos veículos, pois o posicionamento de que a Canarinho não pertence a ninguém pode levá-la a ser novamente sequestrada. A quem interessa a seleção brasileira, a sua camisa e o futebol despolitizados? Como vimos no capítulo 1, a despolitização da sociedade congrega os interesses do poder dominante que seguirá inabalado (RIBEIRO, 1989).

Guedes e Almeida (2019) definiram a apropriação dos símbolos nacionais pelo bolsonarismo como o segundo sequestro. O primeiro foi durante a última ditadura civil-militar. Se houve um segundo sequestro, podemos afirmar que houve o primeiro “dessequestro” dos símbolos nacionais confirmado com a conquista do tricampeonato mundial em 1970, apesar das tentativas de controle militar sobre o uso dos símbolos. O futebol havia popularizado a Canarinho. Desse modo, se houve o segundo sequestro, podemos entender a partir deste trabalho que existe a possibilidade do segundo “dessequestro”. Por que a possibilidade? Porque consideramos cedo demais para concluir que aconteceu o “dessequestro” da Canarinho e dos demais símbolos nacionais na sociedade brasileira, ficando apenas na tentativa. Principalmente após a saída de Jair Bolsonaro da presidência. Um exemplo foi o atentado golpista de 8 de janeiro de 2023, quando milhares de bolsonaristas formaram um mar verde e amarelo e destruíram a sede dos três poderes em Brasília, numa tentativa de reconduzir por meio de um golpe militar Jair Bolsonaro ao comando do país.

O bolsonarismo, que não acabou com a saída de Bolsonaro da presidência, vai conseguir manter a Canarinho sob seus domínios? Como a esquerda e a sociedade civil vão reagir: terão uma atuação de popularização constante dos símbolos nacionais para dissociá-lo do bolsonarismo ou vão ficar restritas a

eventos como eleições e Copa do Mundo, por exemplo? Qual será o sentido de país a ser produzido daqui para frente? A partir do que foi aqui analisado, concluímos que existe a necessidade de trabalhos futuros para acompanhar esses símbolos que mexem com o sentimento dos brasileiros, a partir do que pensam como o “Brasil ideal”, para entender as dinâmicas que podem surgir.

Vania Oliveira Fortuna

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6254-3241>

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Doutora em Comunicação pela UFF

E-mail: vaniafortuna@gmail.com

Marcelo Alves de Resende

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6254-3241>

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Mestre em Comunicação Social pela UERJ

E-mail: mar.marceloresende@gmail.com

Recebido em: 1 de fevereiro de 2024.

Aprovado em: 6 de março de 2024.

Referências:

ALTMAN, Breno. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTOO, Maria (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Prólogo Dilma Rousseff. Junho de 2013: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

CUNHA, João Carlos da. A nossa seleção. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 32, 20 nov. 2022.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GUEDES, Simoni Lahud; ALMEIDA, Edilson Márcio. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. **Cuadernos de Aletheia**. La Plata, n. 3, 2019.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v24.ed52.2024.412>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 24, Nº 52, p.38-58, jan./abr. 2024

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. SciELO, **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 28, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: > <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000300003> < Acesso em: 13 jan. 2024.

KFOURI, Juca. Quem tem medo da camisa amarela? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2022, Caderno de esportes, p. b12.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos**: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C; BENETTI, M. (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes. 2007.

MUDDE, Cas. **A extrema-direita hoje**. Tradução João Marcos E. D. de Souza. 1 ed. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Ramon do Nascimento; FARIAS, Washington Silva de. Os novos sentidos da “amarelinha”: relações discursivas entre político e esportivo na camisa da seleção brasileira na Copa 2018. **Recordes**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-19, 2021.

PIMENTA, Edward. Viemos do mesmo lugar, a África. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2022, Catar 2022, capa.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. **Brasil em transe**: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Rosana Pinheiro-Machado, Adriano de Freixo (organizadores) – Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

REIS, Mattheus. **Amarelo desbotado**: crise e sequestro da camisa da seleção brasileira de futebol. Ebook: 2021.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol e política. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt. (Orgs.). **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. - 2.ed.rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. 1. ed. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTOO, Maria (Orgs.); prólogo Dilma Rousseff. **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

SABINO, Alex. CBF realiza campanha para despolitizar seu uniforme. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2022, Copa 2022, p. b10.

SAFATLE, Vladimir. O dia que o Brasil parou por dez anos. In: ALTMAN, Breno; CARLOTOO, Maria (Orgs.). Prólogo Dilma Rousseff. **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

TOLEDO, Luiz Henrique de. (In)vestindo camisas de futebol: moda esportiva e agência na produção das emoções torcedoras. **dObra[s]**. São Paulo, v. 12, n. 27, p. 31-46, 2019.

WILLIAMS, Matthew. **A ciência do ódio**; a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam o futuro da sociedade humana. Rio de Janeiro: Globolivros, 2021.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.